



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024 RP Nº 022/2024

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada, pelo sistema de Registro de Preços, para prestação de serviço de locação de veículos, sem condutor, com sistema de gerenciamento e compartilhamento veicular, visando atendimento das demandas do Município de Conselheiro Lafaiete/MG, de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

### RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

#### I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A, protocolada na Plataforma BBMNET no dia 21/08/2024, às 15:18h, em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 087/2024, Pregão Eletrônico nº 039/2024, RP nº 022/2024.

Extraem-se da impugnação os seguintes fundamentos:

a) Ausência de previsão relativa às condições de pagamento, notadamente cláusula de mora por atraso de pagamento, pugnando *"seja suprida tal omissão, retificando e incluindo no Edital o valor dos juros, da multa e o índice de correção para aferição das consequências da mora, em caso de eventual atraso no pagamento da contraprestação pecuniária mensal"*.

b) Ausência de informação no Edital referente ao prazo de entrega dos veículos, defendendo a necessidade de ser estabelecido *"um prazo de entrega do objeto ou de início da execução contratual viável, de, no mínimo 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias"*; e,

c) Ausência de limitação da responsabilidade da contratada aos danos diretos causados durante a execução contratual, defendendo *"que seja alterado o item editalício, de modo que a Contratada somente seja responsabilizada se, cumulativamente: a) for instaurado processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa (art. 5º, LV, CF); b) o dano tenha sido comprovado pela Administração e c) tenha sido comprovado que a Contratada agiu diretamente com dolo ou culpa"*.

Ao final, pleiteia-se o acolhimento das respectivas Impugnações, com a retificação das disposições editalícias impugnadas.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento das impugnações.

#### II. Do exame de admissibilidade da impugnação

Preconiza o Decreto Municipal nº 84/2021, que regulamenta, em âmbito municipal, o Pregão na forma eletrônica:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

**“Art. 22** - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

**§ 1º** - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

**§ 2º** - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

**§ 3º** - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.”

De acordo com o item 12.1 do Edital, “As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no portal BBMNET (<https://www.novobbmnet.com.br/>), link “editais e resultados” e posteriormente “impugnar”.

A sessão de abertura do Pregão Eletrônico encontra-se designada para o dia 29/08/2024, às 09:30h.

A impugnação da empresa LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A foi protocolada na Plataforma BBMNET no dia 21/08/2024, às 15:18h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse do impugnante no manejo das Impugnações, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, sobretudo, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se da presente Impugnação.

### III. Do mérito da Impugnação

#### III.1. Da análise da conformidade das condições de pagamento (cláusula de mora)

Em detida análise do instrumento convocatório e seus anexos, reputa-se não assistir razão ao Impugnante, em relação à alegada ausência de cláusula estabelecendo contraprestação pecuniária mensal em caso de eventual atraso no pagamento por parte do Município Contratante.

Nos termos do item 18.1 do Edital, é parte integrante do instrumento convocatório o Anexo V – Minuta de Contrato de Prestação de Serviço.

Acerca do tópico impugnado, consta expressamente da Minuta Contratual:

#### **“CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado mensalmente até o XXº (EXTENSO) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal atestada pela Secretaria Gestora.

6.2. Para habilitar-se ao pagamento o CONTRATADO deverá apresentar ao CONTRATANTE a 1ª via da Nota Fiscal de Vendas/Fatura juntamente com a comprovação de entrega.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

6.3. A Nota Fiscal correspondente deverá constar o número do procedimento licitatório e contrato que lhe deu origem, e ser entregue pelo contratado diretamente na Secretaria Gestora, que somente atestará a prestação de serviço e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas.

6.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao Contratado e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

6.5. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

6.6. O pagamento somente será liberado se, no ato da apresentação do comprovante de entrega do material/serviço forem apresentados os atestados de regularidade referentes à Seguridade Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

**6.7. Verificados atrasos no pagamento, por culpa do Contratante, superior a 90 (noventa) dias, será devido ao Contratado, a partir daquele momento até a regularização, multa no percentual de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da nota fiscal emitida.**

6.8. O pagamento de juros e multa não é automático, devendo ser requerido formalmente pelo contratado”. (destacamos)

Portanto, ante o exposto, nada a prover em relação à Impugnação, no tópico em particular.

### III.2. Da análise da conformidade das condições de fornecimento (prazo de entrega)

Afastando a alegada omissão relativa ao prazo de entrega dos veículos locadas, dispõe o instrumento convocatório (item 3.1 do Anexo I – Termo de Referência):

#### **“3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.1. O prazo para disponibilização dos veículos é de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço, à Rua Benjamin Granha, nº 315, bairro Progresso, cidade de Conselheiro Lafaiete/MG – CEP 36402-021.”** (destacamos)

Isto posto, o julgamento da impugnação consiste em verificar se as condições estipuladas para a execução do objeto licitado, mais precisamente quanto à previsão contida no item supratranscrito, relativa ao prazo de entrega dos veículos locados, restringe indevidamente a participação de licitantes, frustrando ainda o caráter competitivo do certame, em desrespeito ao disposto no art. 9º, inciso I, alínea ‘a’, da Lei nº 14.133/2021.

Pois bem. Os processos licitatórios são instrumentos jurídicos que objetivam garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante julgamento objetivo e vinculado ao instrumento convocatório. Impõe-se, portanto, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, que o objeto licitado seja descrito no edital de forma clara, precisa e sucinta, tendo em vista que a Administração, na fase de julgamento das propostas, não poderá adotar critérios que não estejam previstos expressamente no ato convocatório.

Importante ressaltar que na fase interna da licitação, a definição do objeto licitado e de suas especificações técnicas consubstancia competência discricionária da Administração Pública,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

cujo exercício encontra limites no princípio da proporcionalidade, nos princípios estampados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e na própria finalidade do procedimento licitatório.

A esse respeito, Marçal Justen Filho disciplina que:

*“(…) é perfeitamente cabível o ato convocatório adotar cláusulas restritivas da participação. Não há impedimento à previsão de exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. O que se veda é a adoção de exigência desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar ou prejudicar alguns particulares.*

*Portanto, a invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação e com os critérios de seleção da proposta mais vantajosa. (...) A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª. ed. São Paulo: Dialética, 2012, p. 80/81)*

As exigências editalícias, alusivas às especificações técnicas do objeto licitado, ensejam, inevitável e logicamente, restrições à competitividade do certame, eis que à medida em que a Administração aumenta as condições técnicas do objeto, diminui o número de licitantes com capacidade para ofertar o referido objeto.

Contudo, a conclusão pela irregularidade dessas especificações depende não só disso, mas, necessariamente, da demonstração do direcionamento do certame, da desproporcionalidade ou da inadequação das exigências editalícias.

A definição do objeto a ser licitado é responsabilidade do gestor, dentro do limite de discricionariedade albergado pelo direito (TCU 012.670/2010-3).

Destina-se o processo licitatório à Contratação de empresa especializada, pelo sistema de Registro de Preços, para prestação de serviço de locação de veículos, sem condutor, com sistema de gerenciamento e compartilhamento veicular, visando atendimento das demandas do Município de Conselheiro Lafaiete/MG, de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.

Conforme se depreende, em exercício do poder discricionário, especialmente no que tange a avaliação da conveniência e oportunidade da escolha do objeto licitado, foram definidas pela Secretaria Municipal de Administração – solicitante do certame – as diretrizes necessárias para a execução do contrato, englobando a previsão de prazo de entrega dos equipamentos (10 dias úteis, **prorrogáveis** em caso de comprovada necessidade).

Por se tratar do fornecimento de veículos comuns, não personalizados e comumente disponíveis, não se observa ausência de razoabilidade no prazo estabelecido para disponibilização dos veículos, considerando os padrões usuais de mercado e de contratação, e notadamente diante da possibilidade de prorrogação do aludido prazo, em caso de necessidade justificada à Administração. A propósito, **não consta da impugnação/esclarecimento nenhum cronograma de logística que embase objetivamente a dilação do prazo de entrega nos moldes pretendidos, demonstrando a inviabilidade no cumprimento do prazo estipulado pela Administração.**





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Não é possível detectar a existência de direcionamento do feito licitatório, resguardada a lisura do certame e a finalidade maior do ente público em resguardar a efetividade e eficiência no cumprimento do contrato. Lado outro, as condições eleitas pela Administração não impedem a participação de interessados na disputa, não havendo frustração da competitividade.

Inexistindo motivo de conveniência ou oportunidade que justifique a revisão da condição de execução dos serviços, tampouco ilegalidade na sua exigência que, conforme exposto, não implica em restrição indevida à competitividade, descabe modificação do Edital no ponto impugnado.

### III.3. Da delimitação do objeto contratado (limitações de responsabilidade da contratada)

Conforme já tratado no tópico anterior, a definição do objeto a ser licitado é responsabilidade do gestor, dentro do limite de discricionariedade albergado pelo direito.

Em exercício do poder discricionário, especialmente no que tange a avaliação da conveniência e oportunidade da escolha do objeto licitado, foram definidas pela Secretaria Municipal de Administração – solicitante do certame – as diretrizes necessárias para a execução do contrato, englobando a responsabilidade integral da contratada em relação aos sinistros ocorridos durante a prestação de serviços.

O Termo de Referência é claro em relação ao escopo licitado, e bem assim quanto à divisão das responsabilidades/obrigações das partes contratante e contratada.

Destarte, cabe aos interessados em contratar com o Poder Público licitante a análise da viabilidade comercial de sua participação no certame, cientes das condições pré-estipuladas para o desenvolvimento da futura prestação de serviços.

### IV. Conclusão

Diante do exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) Conhecer a Impugnação interposta por LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A para, no mérito, negar-lhe provimento.
- b) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via e-mail e/ou Plataforma BBMNET, publicando-se no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 28 de agosto de 2024.

  
Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt  
Pregoeiro